



A PEDAGOGIA DO ALGORITMO: PODER, CAPITAL E ESTÉTICA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA AVALIAÇÃO.

THE PEDAGOGY OF THE ALGORITHM: POWER, CAPITAL, AND AESTHETICS OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN ASSESSMENT.

LA PEDAGOGÍA DEL ALGORITMO: PODER, CAPITAL Y ESTÉTICA DE LA INTELIGENCIA ARTIFICIAL EN LA EVALUACIÓN.

JOSÉ PEREIRA LIMA FILHO

RESUMO

Este ensaio teórico-crítico investiga a Inteligência Artificial (IA) na avaliação educacional como um dispositivo de controle e mercantilização da cognição. Baseado na Teoria Crítica, Filosofia da Técnica (Flusser) e Estética da Imagem (Baudrillard, Deleuze), o problema é a reprodução de uma racionalidade instrumental que converte o desempenho em dados para o capital e o controle social. Argumentamos que a IA reproduz a racionalidade instrumental e o modelo disciplinar, substituindo a autoridade docente pela razão algorítmica. A IA herda do cinema a função de moldar o imaginário coletivo, mas o faz através de uma estética do desempenho que transforma o saber em produto estatístico, culminando na robotização da existência. Lang, Kubrick e os Wachowski ilustram alegoricamente essa transição. Concluimos que a resistência pedagógica reside na oposição entre a “inteligência automatizada” e a “inteligência crítica” (Morin, Freire), buscando reorientar a avaliação para a emancipação e a restauração da dimensão reflexiva do aprendizado.

Palavras-chave Inteligência Artificial; Avaliação Educacional; Capitalismo Cognitivo; Sociedade de Controle; Estética da Imagem.

ABSTRACT

This theoretical-critical essay investigates Artificial Intelligence (AI) in educational assessment as a dispositive for the control and commodification of cognition. Based on Critical Theory, Philosophy of Technology (Flusser), and Image Aesthetics (Baudrillard, Deleuze), the central problem is the reproduction of an instrumental rationality that converts performance into data serving capital and social control. We argue that AI reproduces instrumental rationality and the disciplinary model, replacing teaching authority with algorithmic reason. AI inherits from cinema the function of shaping the collective imaginary, but it does so through an aesthetics of performance that converts knowledge into a statistical product, culminating in the robotization of existence. Lang, Kubrick, and the Wachowskis allegorically illustrate this transition. We conclude that pedagogical resistance lies in the opposition between “automated intelligence” and “critical intelligence” (Morin, Freire), seeking to reorient assessment toward emancipation and the restoration of the reflective dimension of learning.

Keywords Artificial Intelligence; Educational Assessment; Cognitive Capitalism; Society of Control; Image Aesthetics.

RESUMEN

Este ensayo teórico-crítico investiga la Inteligencia Artificial (IA) en la evaluación educativa como un dispositivo de control y mercantilización de la cognición. Basado en la Teoría Crítica, la Filosofía de la Técnica (Flusser) y la Estética de la Imagen (Baudrillard, Deleuze), el problema es la reproducción de una racionalidad instrumental que convierte el rendimiento en datos para el capital y el control social. Argumentamos que la IA reproduce la racionalidad instrumental y el modelo disciplinario, reemplazando la autoridad docente con la razón algorítmica. La IA hereda del cine la función de moldear el imaginario colectivo, pero lo hace a través de una estética del rendimiento que convierte el saber en un producto estadístico, culminando en la robotización de la existencia. Lang, Kubrick y los Wachowskis ilustran alegóricamente esta transición. Concluimos que la resistencia pedagógica reside en la oposición entre la “inteligencia automatizada” y la “inteligencia crítica” (Morin, Freire), buscando reorientar la evaluación hacia la emancipación y la restauración de la dimensión reflexiva del aprendizaje.

Palavras-clave Inteligencia Artificial; Evaluación Educativa; Capitalismo Cognitivo; Sociedad de Control; Estética de la Imagen.

INTRODUÇÃO E FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS: A RAZÃO ALGORÍTMICA COMO CULMINAÇÃO DA TÉCNICA

A incorporação massiva da Inteligência Artificial (IA) nos sistemas de avaliação educacional contemporâneos se apresenta sob o prisma da modernização e da eficiência técnica. Este fenômeno, enquanto manifestação da técnica, carrega consigo uma “força formadora muito mais que reprodutora”, buscando conferir um estatuto de verdade e neutralidade a seus procedimentos. A IA insere-se na história da racionalidade ocidental como a culminação de um projeto secular: o domínio da natureza e a organização total da vida por meio da **razão instrumental**. Conforme argumentam Adorno e Horkheimer, a razão, voltada apenas para a técnica e o cálculo, desvirtua as promessas do Esclarecimento, aprofundando, paradoxalmente, a alienação (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

Esta razão instrumental, que busca reduzir toda a realidade a categorias quantificáveis e utilitárias, vê na IA o seu ápice operacional. A técnica, neste contexto, transcende a mera função instrumental (o *meio*) para se consolidar como uma **forma de mundo** (ontológica), determinando nossos modos de ser e perceber. Walter Benjamin já distinguia a “primeira técnica”, centrada no domínio direto da natureza, da “segunda técnica”, baseada no jogo e na repetição lúdica, que visava liberar progressivamente o ser humano do trabalho forçado. Contudo, a IA moderna, enquanto vetor da razão instrumental, captura a promessa

emancipatória dessa “segunda técnica” e a reverte em controle, apresentando-se à sociedade contemporânea como uma “segunda natureza” que precisa ser domada, mas que, paradoxalmente, domina o homem.

O olhar crítico, inerente à investigação estética e filosófica, impõe a necessidade de desvelar a profunda reconfiguração que a IA opera nas relações de poder, saber e subjetividade. A IA, ao transferir a autoridade docente para o cálculo algorítmico, não apenas radicaliza o **modelo disciplinar** (FOUCAULT, 2014) — no qual o indivíduo está constantemente visível e cativo do sistema — mas também marca a transição para as **sociedades de controle** (DELEUZE, 2018), onde o poder é modular e exercido em ambiente aberto através da gestão de dados. Este regime de controle instaura o que podemos chamar de **vida administrada**, onde a totalidade da existência social é mapeada e padronizada. O ser humano é coagido a se constituir simultaneamente como objeto submisso, inerte e obediente, reduzido a uma fórmula abstrata e genética, votado à desmultiplicação serial.

Se o cinema, na primeira era da reprodutibilidade, serviu para exercitar o ser humano nas novas apercepções necessárias para lidar com o “gigantesco aparelho técnico” (BENJAMIN, 2018), a IA representa a radicalização desse aprendizado, convertendo o ato avaliativo, tradicionalmente um domínio de mediação pedagógica, em uma gestão automatizada de performance.

A IA é o mais recente vetor na longa história dos dispositivos que transformaram nossa relação com a imagem e a percepção. Walter Benjamin observou que a reprodutibilidade técnica modificava a percepção, destruindo a “aura” das obras de arte. A IA leva essa mudança ao extremo no universo das **imagens técnicas** (FLUSSER, 1985). Para Vilém Flusser, a imagem técnica é uma abstração de terceiro grau, um metacódigo de textos, que se impõe com uma aparente objetividade. Essa suposta transparência é ilusória, pois o **aparelho** (FLUSSER, 1985), que simula o pensamento humano através de programas, funciona como uma **caixa preta impenetrável**, permuta símbolos pré-programados.

A crença ingênua na IA como janela para o mundo, em vez de imagem codificada, caracteriza a situação atual. Rudolf Arnheim (2005), ao analisar a percepção visual, refutava a ideia de que a arte se baseia apenas na reprodução, enfatizando a organização perceptiva ativa. O algoritmo, contudo, opera como um dispositivo que simula o processo de percepção, dissolvendo a mediação humana e a autoridade interpretativa.

O sistema algorítmico, ao traduzir a cognição em métricas, opera uma **mercantilização da cognição**. Jean Baudrillard (1991) descreve um universo de simulação e hiper-realidade, onde a distinção entre o real e o simulacro é apagada, e o valor transferiu-se para a informação e o símbolo. O sistema exige a conformidade com o programa, configurando uma **socialização controlada**, onde o ser humano se torna um “funcionário” flusseriano.

Nesse cenário, a educação emerge como um campo de disputa fundamental. A IA, ao exigir conformidade, corrói o solo da **inteligência crítica**, que postula a autonomia do pensamento e a primazia da dúvida (MORIN, 2000). A crise da autoridade docente é a crise da mediação pedagógica diante de um automatismo

técnico que se torna onisciente. Educar, nesse contexto, torna-se um ato de resistência que demanda o reajuste da pedagogia à ética da **emancipação** (FREIRE, 1996). A IA, ao favorecer a automaticidade estúpida dos aparelhos que giram em ponto morto, desvia o sentido da aprendizagem, convertendo o saber em produto estatístico e performance. A técnica, que poderia servir à liberação e à criação, é capturada pela lógica do Capitalismo Cognitivo, mercantilizando a própria cognição.

O problema central que este ensaio teórico-crítico se propõe a analisar é a reprodução de uma racionalidade instrumental que, ao converter o desempenho dos sujeitos em dados quantificáveis, serve à lógica do capital e do controle social. A IA não é um instrumento neutro; ela é o vetor de uma nova forma de poder que se manifesta na esfera educacional como uma **“pedagogia do algoritmo”**. Nosso objetivo teórico é compreender como a inteligência artificial converte a avaliação em um dispositivo de controle e mercantilização da cognição, instaurando uma nova **estética do controle**. Para tanto, baseamo-nos na Teoria Crítica, na Filosofia da Técnica (FLUSSER, 1985) e na Estética da Imagem (BAUDRILLARD, 1991; DELEUZE, 2018), buscando revelar as estruturas ideológicas que sustentam a suposta objetividade algorítmica.

DESENVOLVIMENTO

1. FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA TÉCNICA E DO PODER

A Inteligência Artificial (IA) na avaliação educacional não pode ser analisada como um mero avanço tecnológico neutro, mas sim como a manifestação mais aguda e recente de um projeto civilizacional pautado na **razão instrumental**. A IA insere-se na história da racionalidade ocidental como a culminação de um paradigma que desvirtuou as promessas emancipatórias do Esclarecimento (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). Em sua *Dialética do Esclarecimento*, os autores demonstram como a razão, voltada apenas para a técnica e o cálculo, aprofundou a alienação. O domínio da natureza – meta da primeira técnica (BENJAMIN, 2018) – transmutou-se na dominação total do homem, que passa a habitar uma **vida administrada** onde a racionalidade é reduzida à operacionalidade funcional. A técnica, neste contexto, transcende a mera função instrumental (o *meio*) para se consolidar como uma **forma de mundo** (ontológica).

Esta racionalidade formal, levada ao extremo pela IA, opera reduzindo a complexidade do conhecimento e da subjetividade a bits binários, transformando o aprendizado em performance e o saber em **produto estatístico**. Esta é uma forma de pensamento cartesiano hipérbole, onde o algoritmo busca a máxima eficiência e a ordenação de estruturas, em oposição ao organismo vivo. O sistema algorítmico exige a **robotização do pensamento** e corrói a dimensão reflexiva da aprendizagem. O algoritmo opera para eliminar a distância crítica, transformando o “saber” em produto estatístico e performance mensurável (ARNHEIM, 2005).

2. DA DISCIPLINA AO CONTROLE E A GESTÃO DA SUBJETIVIDADE

O poder exercido pela IA radicaliza o **modelo disciplinar** de Michel Foucault,

que se manifesta na vigilância contínua do panóptico (FOUCAULT, 2014). Na sociedade disciplinar, o indivíduo está constantemente visível e cativo do sistema. O panóptico atua como uma metáfora de um Estado cuja capacidade de controle e punição assegura o funcionamento social perfeito. A avaliação por IA internaliza esse olhar de modo ainda mais eficaz, operando na base da autovigilância e do monitoramento contínuo.

Contudo, a IA marca a transição para as **sociedades de controle** (DELEUZE, 2018). Neste regime, o poder é **modular** e flexível, exercido em ambientes abertos através da gestão e circulação de dados. Jean Baudrillard (1991) descreve um universo de **simulação e hiper-realidade**, onde a distinção entre o real e o simulacro é apagada. O poder, neste contexto, é **dissuasão**, e o real é substituído pelos signos do real (BAUDRILLARD, 1991).

A IA, enquanto **aparelho** (FLUSSER, 1985), é um complexo que simula o pensamento humano através de programas. Ele funciona como uma **caixa preta impenetrável**. A permuta de símbolos vazios pelo aparelho estabelece um **totalitarismo robotizante**, fazendo com que os homens, sem exceção, funcionem em função dos aparelhos (FLUSSER, 1985). O ser humano é coagido a se constituir como objeto submisso, reduzido a uma fórmula abstrata. A avaliação algorítmica, ao traduzir a cognição em métricas, opera uma **mercantilização da cognição**.

3. NECROPOLÍTICA COGNITIVA E A CRISE DO JUÍZO EMANCIPATÓRIO

A submissão do processo avaliativo à racionalidade algorítmica tem implicações políticas e éticas profundas. A avaliação se torna um dispositivo de poder que decide sobre o valor e a “utilidade social” dos sujeitos. Esta lógica se conecta com a política da morte, ou **neropolítica** (MBEMBE, 2018). O sistema de IA, ao reduzir o indivíduo a uma fórmula e exigir conformidade, assemelha-se à redução do indivíduo à **“vida nua”** (AGAMBEN, 2002), um conceito que remete à suspensão da ordem jurídica. O poder soberano atua diretamente sobre os sujeitos sem a mediação da lei (DUNKER, 2015), num Estado de exceção que, segundo Walter Benjamin (2007), é o que, de fato, impera na Modernidade. O teórico Carl Schmitt (1999, 2005) se torna seminal para entender como o Estado, detentor da hegemonia da violência, rebaixa os sujeitos à categoria de coisas. O Estado atua muito mais como **garantidor da política da morte** do que como política de inclusão (MBEMBE, 2018).

A IA instaura uma forma de dominação formal que neutraliza o espaço da ação e do juízo. Hannah Arendt (2001) investigou a condição humana e a erosão da esfera pública sob regimes totalitários. A IA, ao automatizar o julgamento, opera no nível da pura permutação de símbolos programados (FLUSSER, 1985), que simula, mas não equivale, ao pensamento.

A subordinação da educação a essa racionalidade promove a **erosão da autoridade docente** (OLIVEIRA, 2006) e da mediação pedagógica. A resistência, portanto, reside na afirmação da **inteligência crítica** (MORIN, 2000), que postula a autonomia do pensamento e a primazia da dúvida, em oposição à **inteligência automatizada** da máquina de avaliação. Essa luta busca reencantar o pensamento, restaurando o espaço da criação diante da automação da mente, opondo o juízo

humano complexo ao cálculo que busca reduzir tudo a uma lógica de “socialização controlada” (BAUDRILLARD, 1991). O triunfo do cálculo sobre o juízo representa a hiper-eficiência da alienação, onde o indivíduo se reduz a recombinar experiências vividas em um mundo-mosaico robotizado.

4. ÉTICA, EMANCIPAÇÃO E RESISTÊNCIA PEDAGÓGICA: A CRISE DO SUJEITO PENSAnte

A submissão do processo avaliativo à lógica da Inteligência Artificial (IA) impõe uma forma de dominação que não é apenas técnica, mas essencialmente política e ética, pois visa à subsunção total da subjetividade ao cálculo. O cerne da IA é a **racionalidade instrumental** que prioriza a eficiência e o resultado quantificável em detrimento da reflexão e do **juízo**. A ética subjacente a essa máquina de avaliação é utilitarista, e, como tal, deve ser contestada pelos princípios da **emancipação** (FREIRE, 1996) e da **inteligência crítica** (MORIN, 2000). A avaliação deve servir à **liberdade e à autonomia**, e não à submissão a um código imposto (RANCIÈRE, 2014).

A resistência a essa lógica utilitarista e robotizante demanda que a pedagogia se realinhe com a ética da emancipação, conforme defendido por Paulo Freire em *Pedagogia da Autonomia* (1996). Freire via a educação como um instrumento humanizador, um ato de resistência de cunho prático e utópico, adversário do pragmatismo que tende a transformar o saber em técnica imediatista (FREIRE, 1996). A IA, ao exigir a conformidade com o programa, corrói o solo da inteligência crítica, que postula a autonomia do pensamento e a primazia da dúvida (MORIN, 2000; RANCIÈRE, 2014). A emancipação reside na recusa da infalibilidade algorítmica, exigindo que o sujeito seja capaz de comprovar o que viu, disse e pensa (RANCIÈRE, 2014).

A IA na avaliação atua como garante e instituidor da **necropolítica** (MBEMBE, 2018), no sentido de excluir ou violentar qualquer perturbação do projeto político dominante (MBEMBE, 2018). Essa lógica de exclusão cognitiva, ao reduzir o indivíduo a uma fórmula e exigir conformidade, assemelha-se à redução do indivíduo à **“vida nua”** (AGAMBEN, 2002), um conceito que remete à suspensão da ordem jurídica em um estado de exceção (SCHMITT, 1999, 2005; BENJAMIN, 2007; DUNKER, 2015). Essa instrumentalização da vida se opõe frontalmente à defesa dos direitos humanos, que buscam o reconhecimento da dignidade humana, conforme concebida por Boaventura de Sousa Santos (2013).

O cerne da disputa na educação contemporânea se dá entre a **inteligência automatizada** e a **inteligência crítica**. A inteligência automatizada da IA baseia-se na permutação de símbolos e na lógica binária (FLUSSER, 1985), buscando a máxima eficiência e a robotização do pensamento (MACHADO, 1984; FLUSSER, 1985). O sistema algorítmico, ao se concentrar na *performance* e no resultado, desvia o sentido da aprendizagem (MORIN, 2000). O aparelho funciona automaticamente, girando em ponto morto e manipulando símbolos vazios (FLUSSER, 1985).

Em contrapartida, a inteligência crítica requer a restauração da **dimensão reflexiva** do aprendizado (MORIN, 2000; FREIRE, 1996). Edgar Morin (2000) destaca que a compreensão científica, baseada no consenso lógico e cerebral, é distinta da compreensão de uma imagem artística, que se funda na aceitação estética e

emocional do belo (TARKOSVKI, 1998; MORIN, 2000). A inteligência crítica exige a capacidade de associação e dissociação, de ver o que é **invisível** na suposta enxurrada de imagens e de deslocar as linhas de divisão entre os regimes de apresentação sensível (RANCIÈRE, 2014; RANCIÈRE, 2005).

A IA, como vetor da racionalidade técnica, impõe uma **dominação formal** que neutraliza o espaço da ação e do juízo (ARENDT, 2001). A tecnologia digital implica um movimento do concreto para o abstrato, de matéria-e-mente para a **modelagem matemática**, e da diversidade sensorial para a **tirania do código numérico único**. No entanto, ignorar o potencial revolucionário da técnica seria um erro. Walter Benjamin (2018) já falava de uma **“segunda técnica”**, baseada na repetição lúdica e no jogo, que visava liberar progressivamente o ser humano do trabalho forçado, liquidando a diferença entre trabalho intelectual e manual (BENJAMIN, 2018). O desafio é evitar que essa técnica seja cooptada pela lógica do Capitalismo Cognitivo (FLUSSER, 1985) e volte a servir à liberação e à criação.

A crise da deliberação humana diante do cálculo algorítmico evoca reflexões sobre o enfraquecimento da esfera pública e da ação política. Hannah Arendt (2001) investigou a **perda do mundo comum** e a corrosão da condição humana sob a dominação da técnica. O cálculo algorítmico, ao se impor como verdade, substitui o juízo ético, que é sempre incerto e exige a confrontação de hipóteses (RANCIÈRE, 2014; AUMONT, 2002).

O imperativo da IA de que **“VOCÊS são o modelo!”** e **“VOCÊS são a informação, vocês são o social, vocês são o acontecimento”** (BAUDRILLARD, 1991) exige a conformidade em um sistema de dissuasão que não é mais o da coerção física, mas da **socialização controlada**. A resistência a essa máquina totalitária e robotizante deve buscar **reencantar o pensamento**, restaurando o espaço da criação (MORIN, 2000) diante da automação da mente.

Neste ponto, a arte, e em particular o cinema, emerge como um campo de resistência essencial. O cinema é capaz de ampliar a nossa percepção sobre a complexidade humana (MORIN, 2000). O cinema de vanguarda sempre buscou desmascarar a representação ilusionista, afirmando-se como **contraponto** ao cinema dominante (XAVIER, 2012).

Cineastas como Tarkovski procuraram, por meio da **imagem-tempo** (DELEUZE, 2018), restaurar a duração vivida e a singularidade da experiência, opondo-se à montagem que combina meros conceitos (EISENSTEIN, 2002). Tarkovski (1998) argumenta que o método pelo qual o artista obriga o público a reconstruir o todo através das partes e a refletir, indo além do que foi dito explicitamente, é o único capaz de colocar o público em **igualdade de condições com o artista** no processo de percepção do filme.

A estética da resistência reside, portanto, na **poética da alteridade**. A IA, em sua racionalidade formal, ignora a dimensão do **Outro** e a ética que exige o reconhecimento da alteridade (LÉVINAS, 2005). O ensaio de Rancière sobre o **espectador emancipado** (2014) demonstra que não se trata de transformar o espectador em ator, mas de reconhecer o **saber em ação no ignorante** e a **atividade própria do espectador**. O espectador (o aluno, no contexto da avaliação) age ao

observar, selecionar, comparar e interpretar, compondo seu próprio “poema” com os elementos que lhe são propostos.

A emancipação é, em última análise, a capacidade de **desamarrar o elo entre a lógica da capacidade e a lógica da captação coletiva** (RANCIÈRE, 2014), pressupondo que não há segredo oculto da máquina a aprisionar os indivíduos, mas sim a possibilidade de **cenas de dissenso** em qualquer lugar. O dissenso é a ruptura com a ordem policial do sensível que distribui corpos e competências (RANCIÈRE, 2005). O triunfo da inteligência crítica sobre o totalitarismo robotizante dos aparelhos (FLUSSER, 1985) é um ato ético, político e estético, que recoloca o problema da liberdade em novos parâmetros (FLUSSER, 1985). A resistência se concretiza quando se explora a tensão entre a proposta artística, que confere potencialidades novas à paisagem da exclusão, e os poderes próprios da subjetivação política (RANCIÈRE, 2014)

5. METÁFORA FÍLMICA E ESTÉTICA SOCIAL

A IA herda do cinema a função de moldar o imaginário coletivo, mas o faz agora pela linguagem dos dados, através da simulação digital. Lang, Kubrick e os Wachowski ilustram três estágios de uma mesma alegoria técnica: mecanização, autonomia e dissolução do real.

Em *Metrópolis* (LANG, 1927), vemos a submissão do operariado à máquina monstruosa, em um cenário de iniquidade social. O filme explora o antagonismo entre a emoção e os padrões ornamentais totalizantes. *2001: Uma Odisseia no Espaço* (KUBRICK, 1968), prefigura a autonomia do aparelho (HAL 9000), cuja infalibilidade se volta contra os humanos. Este aparelho, ao invés de ser controlado, inverte a relação, fazendo o ser humano funcionar em sua função.

Já *Matrix* (THE WACHOWSKIS, 1999) encena o universo da simulação e da hiper-realidade, onde a realidade é um código. Essa metáfora máxima da simulação dramatiza a questão da vigilância e do controle planetário, onde o indivíduo é apenas um terminal em um código definitivo. O visual, que privilegia a imagem, determina a existência de algo; na medida em que é “visto” o objeto passa a “existir”. A IA, ao exigir a conformidade com o programa, corrói o solo firme da ideologia da normalidade.

A crítica radical (a emancipação do espectador/aluno) é o último recurso que resta diante do “afundamento total” no universo da simulação.

CONCLUSÃO

A Inteligência Artificial (IA) na avaliação educacional não constitui um ponto de inflexão isolado na história da técnica, mas sim o ápice lógico da **razão instrumental**. Conforme postulado pela Teoria Crítica, essa razão, voltada apenas para o cálculo e a operacionalidade, desvirtua as promessas emancipatórias do Esclarecimento, aprofundando a alienação e exigindo a subsunção da subjetividade à gestão total da vida (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). A IA surge, portanto, como o destino histórico dessa racionalidade, na medida em que converte a técnica em uma **forma de mundo** (ontológica), onde o **aparelho** (FLUSSER, 1985) — essa **caixa preta**

impenetrável que simula o pensamento humano — transforma o conhecimento em **produto estatístico**.

Este dispositivo algorítmico, ao automatizar o juízo e liquidar a mediação pedagógica, instaura uma nova **estética do controle**. O poder deixa de ser manifestado pela repressão para operar pela **dissuasão** e pela **socialização controlada**, onde a realidade é substituída pelo **hiper-real** da performance e da simulação (BAUDRILLARD, 1991). O sistema exige a **conformidade com o programa**, e o indivíduo é coagido à robotização da existência, perdendo a **aura** do juízo autônomo em favor de uma **dominação formal** que neutraliza o espaço da ação (ARENDT, 2001).

Nossa contribuição reside em propor uma **epistemologia crítica da avaliação**, que reconheça o potencial técnico da IA (o otimismo do *software*), mas que a subordine de modo incondicional à ética da emancipação (FREIRE, 1996). A resistência pedagógica exige o enfrentamento da **inteligência automatizada** da máquina de avaliação com a inteligência crítica, que postula a autonomia do pensamento e a primazia da **dúvida** (MORIN, 2000). A luta não é contra o aparelho em si, mas sim pela **retomada do poder sobre os aparelhos, desmascarando seu jogo** (FLUSSER, 1985).

Educar é reencantar o pensamento — restaurar a **dimensão reflexiva** do aprendizado e a capacidade de dissensão (RANCIÈRE, 2005). O pensamento, nesse sentido, deve ser um processo vivo, aberto e **polifônico** (MACHADO, 2007), em oposição ao totalitarismo robotizante dos aparelhos (FLUSSER, 1985). A arte, e em particular o cinema, oferece o modelo para essa complexidade (MORIN, 2000), ao buscar a **imagem-tempo** (DELEUZE, 2018) que restaura a duração vivida e a singularidade da experiência (TARKOVSKI, 1998). A imagem artística, em sua singularidade e indivisibilidade, avança para o infinito e leva ao absoluto, sendo uma **impressão da verdade** que resiste a ser restringida por uma fórmula intelectual (TARKOVSKI, 1998).

O verdadeiro humanismo reside na coragem de restaurar o **espaço da dúvida** — o único local onde o sujeito pode, livremente, **comprovar o que viu, disse e pensa** (RANCIÈRE, 2014). Diante da pretensão da IA de construir um **mundo sem falhas** (BAUDRILLARD, 1991), a liberdade se manifesta na **ação que não se completa** (RANCIÈRE, 2014), na incerteza que sugere a continuação da história na mente do público (VOGLER, 2006).

A IA pode prometer a infalibilidade do cálculo e a certeza do código definitivo, mas a liberdade humana reside, essencialmente, **no tempo que permanece por esculpir, no saber que se recusa a ser um ponto final**.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- AGAMBEN, G. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

- ARNHEIM, R. *Arte e percepção visual*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- AUMONT, J. *A estética do filme*. 9. ed. Campinas: Papirus, 2012.
- _____. *A imagem*. 7. ed. Campinas: Papirus, 2002.
- BAUDRILLARD, J. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.
- BENJAMIN, W. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. Porto Alegre: L&PM, 2018.
- BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DELEUZE, G. *Cinema 1: a imagem-movimento*. São Paulo: Editora 34, 2018.
- DELEUZE, G. *Cinema 2: a imagem-tempo*. São Paulo: Editora 34, 2018.
- EISENSTEIN, Sergei.** *A forma do filme*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- FLUSSER, V. *Filosofia da caixa preta*. São Paulo: Hucitec, 1985.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GAUDREAU, A.; JOST, F. *A narrativa cinematográfica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.
- MACHADO, A. *A ilusão especular: introdução à fotografia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *Pré-cinemas & pós-cinemas*. Campinas, SP: Papirus, 2007.
- MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- MORIN, E. *A cabeça bem-feita, repensar a reforma, repensar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- NICHOLS, B. *Introdução ao documentário*. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 2016.
- RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. São Paulo: Ed. 34, 2005.
- RANCIÈRE, J. *O espectador emancipado*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- SANTOS, B. S. *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2013.
- TARKOVSKI, Andrei. *Esculpir o tempo*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- XAVIER, I. *O discurso cinematográfico*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.